



Presidente p.6

“Experiências adversas ao investimento trazem incerteza”



Parlamento p.18

O orçamento é “irresponsável”

POVO LIVRE



nº 1911

24 de fevereiro de 2016

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

PSD rejeita um “orçamento mau”



Pedro Passos Coelho intervém no encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2016 na generalidade

Portugal não precisava deste aumento de impostos

Em entrevista ao "Jornal de Notícias", o líder do PSD e candidato à liderança considera que a pressa do Governo está a pôr o país em risco. Candidata-se a um quarto mandato de dois anos à frente do PSD e, se nesse período houver alguma crise política, Passos Coelho acredita que voltará a ser primeiro-ministro e assume que irá repor muito do que Costa está a "desfazer". Deixa muitas críticas ao Orçamento do Estado (OE) para 2016 - que não revela como irá votar, nem se irá tentar melhorar. Confrontado com o desafio de Costa, ontem no "Expresso", para que esteja disponível para "consensos", responde: "O país inteiro sabe qual foi o caminho que o doutor António Costa escolheu". "Não foi um caminho a apontar para consensos", diz, referindo-se ao facto de ter preferido aliar-se ao BE e ao PCP, rejeitando um acordo com o PSD. "Para quem quer estabelecer consensos", o programa que o Governo está a seguir "não é um bom começo de conversa".



Em que ficamos: esta proposta de OE é irresponsável, porque "dá tudo a todos", ou é um "enorme aumento de impostos"? É que o PSD já fez ambas as críticas...

O OE já mudou muito. O Governo tinha um cenário macroeconómico que apresentou ainda na Oposição, há cerca de um ano. Alterou-o significativamente quando enviou um esboço para Bruxelas. E já vamos na terceira versão, que não tem nada que ver com as últimas. Agora há uma constante; precisaríamos nesta altura de transmitir, enquanto país, uma realidade de previsibilidade, tranquilidade e segurança para portugueses e investidores. Não sabemos se as perturbações que têm vindo a acontecer vão durar muito ou pouco. E temos uma mochila relativamente pesada que vamos ter de carregar durante uns anos.

Mas reconhece que, depois de o OE ir a Bruxelas, apesar da mudança substancial, há uma base que se mantém: há uma redistribuição mais equitativa dos impostos.

Creio que não é assim. O que o Governo teve que fazer foi anunciar mais impostos que não tencionava fazer - e diga-se de passagem nem seriam necessários em Portugal - para cobrir medidas que aumentam a despesa, que estão sobretudo relacionadas com a recuperação salarial da Função Pública, que é feita de uma só vez ao longo deste ano, e uma parte significativa da sobretaxa de IRS que será removida.

Foi a opção do Governo.

Com certeza. Sempre considerei que era arriscado fazê-lo. Não porque não gostasse, se fosse primeiro-ministro, que a reposição salarial fosse rápida e que a

remoção da sobretaxa fosse rápida. Mas sabia que isso só se podia fazer se o Estado compensasse os efeitos dessas medidas com outras que trouxessem mais receita, ou menos despesa. Que fique claro: para se andar mais depressa na reposição de rendimentos e na remoção da sobretaxa tem de se pagar mais impostos.

A solução era então continuar a carregar na Função Pública, como aconteceu em parte nos últimos quatro anos?

A alternativa que tínhamos era conhecida: remover gradualmente tudo aquilo que eram medidas de austeridade. Já estávamos a fazê-lo. Tínhamos a expectativa de que isso pudesse acontecer sem estar a aumentar outros impostos.

Mas não acha mais interessante para as pessoas que haja uma maior redistribuição de rendimentos, mesmo com uma carga de impostos?

Acho que o que o Governo está a redistribuir é austeridade. A austeridade já estava a ser removida. Se andarmos depressa de mais, mais depressa do que a nossa economia consente, podemos tropeçar e, se tropeçarmos, lá temos de andar outra vez com a mesma conversa. É muito importante que o Estado não seja, por excesso de voluntarismo ou de qualquer outra coisa, o primeiro fator de instabilidade e de insegurança para as pessoas. Veja o que está a acontecer no mercado de dívida: Portugal está a ser mais penalizado do que outros países periféricos por causa da instabilidade que se vive nos mercados. Pergunta: pusemo-nos a jeito para isso? Eu acho que sim.



Acha que isso está relacionado com este OE?

Com o processo orçamental, com a maneira como o Governo lidou com o dossiê da TAP, com a forma como está a lidar com os processos de concessão dos transportes públicos urbanos. Sim, tudo isso tem influência na forma como os mercados hoje nos discriminam.

Mantém que este OE é irresponsável?

Diria que este OE é imprudente.

Não o choca, tal como o Governo defende, que uma pessoa que ganhe mil euros está na classe média e a partir daí é sobre esses que tem de se carregar impostos?

Não é uma questão de chocar ou não chocar. O importante é olhar para a realidade das contas do país e saber o que é que se pode fazer. Acharia ótimo que o ordenado mínimo nacional fosse de pelo menos 1000 euros! Porque é que não há de ser? Porque, se fosse, as empresas, na sua grande generalidade, não podiam pagar e as pessoas, em vez de ganharem mil euros, estariam desempregadas porque a economia rebentaria.

A imprudência que atribui ao OE leva-o a temer que Portugal precise de um novo resgate?

Sinceramente espero que isso não volte a acontecer. Que haja mecanismos de alerta e que o próprio Governo tenha a noção de que há riscos que não se devem correr. Mas não me compete estar a fazer prenúncios de cataclismos. Espero que não precisemos de passar por experiências dessa natureza para que o PSD possa mostrar a sua diferença, o seu sentido reformista, governar em condições de mais normalidade. Todos merecemos isso. Não estou à espera de cataclismos para que o PSD seja útil. Lá disse que não pretende ser bombeiro. Como é que pensa chegar ao poder? Se for bombeiro, significa que as coisas correram mal. Se correrem bem, o Governo há de manter-se.

Porquê?

Está a redistribuir rendimentos... Como lhe disse, acho que o que este Governo está a redistribuir é austeridade. Podemos até ter uma circunstância de uma relativa bonança, não estarmos a regressar ao caos de 2011, e este Governo perder as eleições. E nos poucos meses que levam há muito boas razões para que as possam vir a perder.

A sua expectativa é que as coisas corram bem ao Governo e que mesmo assim perca as eleições?

Eu tenho uma ideia sobre o meu país. E tenho-me esforçado por dizer em que é que ela consiste.



Quando esteve no Governo era acusado de ser neoliberal. E agora é social-democrata...

Se ler o programa do PSD, não encontra nenhuma contradição com o que foi a nossa prática de Governo e nenhuma razão para que exista debate intenso dentro do PSD sobre o que é o papel do Estado. Boa parte daquilo que são transformações de natureza mais estrutural, que aumentam a nossa capacidade para crescer no futuro, mudar velhas estruturas, desafiar convenções, resultam de intervenções que o PSD tenha liderado. Como temos um país que ainda tem uma necessidade grande de produzir reformas, tenho a certeza que se o país tiver essa ambição vai precisar do PSD. Este Governo, que é um Governo de reversão, quer confundir o que significa remover a austeridade com medidas que tiveram um impacto estrutural sobre a economia e que são muito importantes para a sociedade e que representam um retrocesso significativo. Dizer, por exemplo, que na economia privada se pode trabalhar 40 horas mas dentro do Estado só se deve trabalhar 35 é errado. Dizer que os exames não devem ser feitos, a não ser no 9.º ano, é errado. Dizer que o ensino vocacional gera um ensino de segunda é errado.

Portanto, se voltar a ser Governo, vai reverter essas medidas?

São bandeiras nossas, necessárias para o país. E não deviam ter uma marca ideológica. A exigência não

devia ser ideológica. Não há nenhuma razão para não sermos exigentes.

Já admitiu que foi longe de mais na determinação com que defendeu a austeridade. De que se arrepende?

Reconheço que, com a preocupação de não falhar os objetivos, na maneira como comuniquei as coisas possa ter usado de uma dureza que não tivesse sido necessária.

Mas arrepende-se de algo?

No essencial fizemos o que era necessário. E acho que valeu a pena. Porque as circunstâncias que vivemos hoje são muitíssimos diferentes.

O que propõe para o futuro do país?

Portugal tem um objetivo central que é de o captar investimento externo. Sem isso, cresceremos sempre menos do que necessário. Há duas áreas onde podemos ser muito fortes: na tecnológica e no lazer e terceira idade. De alguma maneira, se trabalharmos, acho que podemos ser a Califórnia e a Florida da Europa ao mesmo tempo.

Como reage às declarações do presidente da Câmara do Porto, que é profundamente crítico do plano estratégico da TAP para o Porto?

O presidente da Câmara do Porto intervém olhando



aquilo que pensa serem os interesses da sua cidade. Está no seu direito. Nós não devemos ter empresas públicas que tenham de receber indicações de gestão sobre a sua atividade corrente dos governos ou dos municípios. Quando isso aconteceu no passado deu maus resultados que todo o país pagou. O presidente da Câmara do Porto está preocupado com eventuais perdas de serviço que possam penalizar o Porto. Eu esperaria que isso não acontecesse.

A empresa foi privatizada por si.

Gosto de discutir qualquer assunto e de o avaliar de acordo com as opções que temos. Privatizei a TAP porque não tinha dinheiro, na semana seguinte, para comprar combustível para os aviões ou para pagar salários no fim do mês. Dito assim parece uma coisa diferente, não é?

Mas com a recomposição acionista feita agora por este Governo teve que haver dinheiro, pelo menos 1,9 milhões.

Menos de dois milhões, não é? Parece um negócio um bocadinho estúpido para os privados, não é? Cederem tanto capital por quase dinheiro nenhum... Isso vai ter de ser bem esclarecido. Nem o Estado ficou com aquilo que disse que queria - o primeiro-ministro disse que, a bem ou a mal, a TAP tinha de voltar a ser 51% pública - e agora aparentemente nem é carne nem é peixe. Não se sabe bem o que é. Estamos perante um negócio que não é público, não sabemos o que se passou.

Quando privatizou a TAP não teve em conta que o Porto poderia perder rotas?

Não sei se iria perder ou não. Ninguém concessionou uma empresa dizendo "o senhor agora não mexe aqui na gestão".

Podia ter dito "há aqui valores estratégicos" a preservar.

Mas isso estava defendido e o Estado tinha forma de fazer valer o interesse público nessas matérias. O negócio

até era reversível caso o que estava no programa estratégico não fosse devidamente acautelado: a ligação às ilhas, como estava previsto que o "hub" de Lisboa não fosse ameaçador para os centros de outras plataformas importantes, como Faro e Porto.

Acabar com quatro voos para a Europa está no plano estratégico. Não vem deste Governo.

O que posso dizer é que uma empresa que tenha a concessão de um serviço público, e garanta o serviço público que é requerido, pode fazê-lo alterando rotas, gerindo melhor os seus equipamentos. É o que se espera que a gestão privada faça. Se o Estado quer estar a dizer quais são todos os voos que tem de fazer, a que horas e para onde, então tem a empresa. Havia, de certa maneira, uma desconfiança, compreensível, de que pudesse haver um desinvestimento relativamente a outros ativos relevantes. A melhor maneira de defender esse interesse é incluir esses ativos também na compra. Podíamos ter privatizado a TAP apenas com a operação de Lisboa que era, de resto, a mais apetecida. Incluímos os outros aeroportos na privatização da ANA para garantir que quem vai comprar tem interesse em que os aviões por lá passem. Do lado da privatização da TAP tínhamos níveis de serviço público que tinham de ser garantidos, como a ligação aos outros pontos do país e às ilhas. Isso está no contrato. Agora isso não significa que tivéssemos ficado com a capacidade de discutir voo a voo, hora a hora, porque nessas condições ninguém aceita candidatar-se à concessão.

Admite que é uma perda importante para uma cidade como o Porto ficar sem quatro voos para a Europa?

Diria que se a TAP se distrair muito em relação ao Porto vai perder dinheiro porque alguém terá interesse em fazer essas ligações, que são até lucrativas. Mas o Estado não tem que ter, nem podia ter, uma posição que resolva essas questões. Não é uma obrigação pública. De resto, num mercado aberto como o que vivemos, o Estado só pode incluir nas empresas ajudas que sejam

consideradas leis.

Qual é o seu grau de conhecimento, enquanto ex-primeiro-ministro, da situação de degradação do Banif nos últimos dois anos?

Até eu ter saído do Governo o banco não sofreu nenhuma degradação, nem de depósitos nem de resultados. Antes pelo contrário: o Banif foi globalmente bem gerido, apesar de não ter conseguido fechar o seu plano de recuperação. A segunda versão tinha sido apresentada em setembro à Comissão Europeia e era sobre esse plano que se estava a trabalhar. O banco tinha alienado as posições não indispensáveis, ou estava em vias de o conseguir. O Banif estava a dar lucro.

O que é que aconteceu entre outubro e o fim do ano que motivou aquela injeção de 2,2 milhões de euros por parte do Estado?

Espero que a comissão de inquérito consiga esclarecer muito bem tudo isso e que o Governo e as autoridades que acompanham estas matérias possam documentar muito bem o que é que aconteceu.

Reconhece que o adiamento da decisão pesou na fatura final?

Já respondo a isso... É sabido que o banco não tinha um comprador em mercado tal como estava. Teria sempre de haver uma separação de ativos. Agora isso não significa que tivesse de ser resolvido e muito menos que a resolução custasse o que foi anunciado. Espero que o Governo explique muito bem o que se passou, o que levou a que o banco, em tão pouco tempo, tenha perdido tantos depósitos para que o BCE pudesse ter de vir a retirar o estatuto de contraparte. Alguma coisa aconteceu.

Se algo se passou, a credibilidade do governador do BdP continua a merecer-lhe confiança?

Se alguma coisa tiver acontecido que seja da responsabilidade direta do governador, cá estarei para fazer uma conclusão. Mas não parto para esta avaliação

condenando o regulador à partida. Do que me recordo, foi o primeiro-ministro que fez questão de chamar a si o dossiê. E foi o Governo que resolveu comunicar que tinha resolvido o Banif, até para marcar uma diferença relativamente ao Governo anterior, de não se esconder atrás do governador. O Governo é que vai ter que dar explicações sobre essa matéria.

Se estivesse no Governo, teria tomado outra decisão?

Teria de conhecer a circunstância em que a solução foi adotada. Há muitos factos que não estão ainda esclarecidos. E preciso perceber por que é que a solução que estávamos a trabalhar não foi aceite.

De tudo o que sabe, teria preferido um 'bail-in' (resgate com recurso a investidores e depositantes com mais de 100 mil euros), possível a partir de 1 de janeiro?

Apenas com a informação sobre o que se passou é possível dar uma resposta dessas. A minha tentação é dizer que a regra do 'bail-in' é correta, por isso está na diretiva europeia e em prática na União Bancária: se um banco for mal gerido e tiver um problema demasiado sensível, tem de ser pago não pelos contribuintes mas pelos acionistas.

Com o que tem nas mãos, agradecer-lhe-ia essa solução?

Como solução de princípio é boa. É muito pior pôr os contribuintes a pagar os bancos. É preciso analisar por que é que a decisão teve de ser tomada até aquela data, por que é que teria de ser feito um 'bail-in' se fosse depois. Não era primeiro-ministro na altura, não sei.

Mas era quando o Governo injetou quase 80 milhões de euros no Efisa, que acabou por ser vendido apenas por 38 milhões à Pivot, uma sociedade onde participa um ex-ministro seu, Miguel Relvas. Não pode ser entendido como uma ajuda?

Isso é um não-assunto. O Banco Efisa está entre todos os ativos que estavam na órbita do BPN e que foi, na altura em que eu cheguei ao Governo, vendido após um concurso que já vinha preparado e foi lançado por nós. Tínhamos basicamente um mês para o fazer e conseguimos. Não tenho conhecimento de nenhuma anormalidade em torno dessa matéria e não é sequer um assunto em que eu tivesse qualquer intervenção particular ou que merecesse uma intervenção especial do Governo.

Há taticismo no facto de não ter nenhum concorrente na corrida à liderança, quando há vários militantes que o criticam e até dizem que dificilmente volta a ganhar eleições?

Não faço ideia. Não quero comentar. Não ando à procura artificialmente de ter competidores internos. Acho muito natural que possam existir e, se existirem, debatarei o futuro do PSD e do país. Aparecerá à eleição quem achar que deve, sente essa necessidade, essa obrigação, ou nisso vê uma oportunidade ou gosto de o fazer.

Acha que pode vir a ser um líder de transição?

Não tenho capacidade para adivinhar o futuro, portanto não sei. Não é uma questão que me preocupe.

Tem visto que há militantes a dizer que o partido se deve recentrar, fechar um capítulo. Não acha que quando começar a cheirar a eleições eles irão aparecer?

Isso é lá com eles. Não faço ideia, nem sei quem são. O que interessa é que quem sinta que está em condições de acrescentar alguma coisa na liderança do PSD o possa fazer. Não sinto nenhuma necessidade de chamar ninguém em particular à liça, do género "ou aparecem agora ou caem-se para sempre". Não me candidato porque receio que o PSD fique sem presidente.



Em relação ao presidente eleito, que toma posse a 9 de março, dado que Marcelo Rebelo de Sousa foi dizendo na campanha que preza a estabilidade e que os mandatos são para cumprir, acha que vai ser um aliado de António Costa em Belém?

(silêncio) Se o dr. António Costa também tiver essa opinião - que os mandatos são para cumprir, que a estabilidade é um valor importante, que o país não deve andar sempre em crises -, acho que sim. E será um aliado meu também, porque digo a mesma coisa. Tenho dito, até bastantes vezes, que espero que o país não ande de eleições a cada meio ano. Discordo deste Governo. Não tem, nos fundamentos com que se apresenta, nada de importante pelo qual nutra simpatia. Isso não significa que não aceito democraticamente o jogo que o Parlamento decidiu fazer. Espero agora que governe para que o país não piore, mostre o que vale e que responda por aquilo que vier a fazer.



“Experiências adversas ao investimento trazem incerteza”

Durante uma visita ao Centro Escolar Lordelo 1, o presidente do PSD defendeu que os exames nacionais nos 4.º e 6.º anos de escolaridade se deveriam manter. Pedro Passos Coelho entende que foi a introdução destas provas no Ensino Básico que “obrigou toda a comunidade educativa a lutar por melhores resultados”. O líder social-democrata apontou ainda o legado da governação anterior na área da Educação que permitiu que, em cinco anos, a taxa de abandono escolar precoce descesse de 28,3% para 13,7%. “Houve duas medidas que contribuíram para esse resultado e uma delas foi a introdução de provas no 4.º e 6.º ano de escolaridade”, sublinhou. A segunda medida foi a promoção do ensino vocacional que “conseguiu fixar mais alunos à escola”. O Presidente do PSD afirmou ainda que foi durante o seu executivo que se conseguiu “generalizar em Portugal os 12 anos de escolaridade obrigatória” e que a disciplina de Inglês fosse obrigatoriamente ministrada em sete anos de ensino.

Além disso, Pedro Passos Coelho considerou que as “experiências” do Governo “adversas ao investimento e à atração de confiança”, penalizarão o país e trarão mais incerteza. “Quanto mais experiências andarmos a fazer que possam, em muitos casos, parecer e noutros serem mesmo adversas ao investimento, a um bom clima de negócios, à atração da confiança dos investidores, mais nós nos sentiremos penalizados e prejudicados”, afirmou o líder da oposição.



Discursando em Paredes para algumas dezenas de militantes, incluindo vários autarcas sociais-democratas, Passos Coelho acrescentou: “Como ainda se viu na semana passada, a propósito da volatilidade grande que se viveu ao nível dos mercados financeiros, aqueles que se expõem mais e que se põem a jeito são aqueles que acabam por sentir mais diretamente as dificuldades no ambiente financeiro”.

Para o presidente do PSD, “só há uma coisa que defende bem dessas dificuldades”, porque depende do país: “É darmos o exemplo, sempre, da nossa absoluta determinação em ter, não apenas as contas em ordem, mas em seguir um caminho de reforma estrutural da nossa economia que torne o país de confiança, estável e previsível. [...] Se não nos podemos defender de todas as intempéries ou das dificuldades da envolvente externa, podemos pelo menos não nos pormos a jeito para que elas nos possam trazer mais dificuldades”.

De acordo com Passos Coelho, “agora que o ambiente externo se revela novamente incerto e imprevisível, o país precisa de previsibilidade, estabilidade e confiança, e não de andar a fazer desafios aos investidores, aos nossos parceiros europeus, às instituições europeias e às instituições financeiras”.

O líder social-democrata assumiu a sua intenção de “manter vivo” o projeto do PSD, considerando que “a proposta apresentada há menos de quatro meses para os eleitores não perdeu validade”. E acrescentou: “Quando muito terá ganho nova relevância, dado que o Governo que está em funções elegeu como objeto mais relevante da sua ação política desfazer aquilo que o Governo anterior tinha feito”.

Passos Coelho revelou estar preocupado com a reversão de determinadas reformas, porque muitas delas, no plano estrutural, “eram pensadas para atacar a causa dos problemas que levaram o país à rotura de 2011”. Apesar disso, o líder da oposição disse não se admirar “que um Governo que dependa da extrema-esquerda mais radical e populista faça esta regressão, porque”, acrescentou, “estas forças sempre se opuseram a que o país fizesse esta mudança estrutural”.

Concluindo a sua intervenção, manifestou não acreditar “que o país esteja disponível para fazer estas regressões e para as validar”. Pedro Passos Coelho visitou uma fábrica de mobiliário em Lordelo, Paredes, e esteve, a convite do presidente da Câmara, o social-democrata Celso Ferreira, num centro escolar naquela localidade. Foi agraciado pela Câmara de Paredes com a chave da cidade, o mais alto galardão do Município.



Concertação social ameaçada por negociações paralelas

A concertação social está ameaçada por negociações feitas à parte entre o Governo e a CGTP. Passos Coelho pede por isso aos sociais-democratas da UGT que denunciem mais ativamente essa situação. Durante um jantar com membros dos Trabalhadores Social Democratas (TSD), a estrutura sindical do PSD, num restaurante em Lisboa, 16 de fevereiro, Passos Coelho acusou o Governo do PS de ter decidido aumentar o salário mínimo em “acordos à margem do parlamento”, antes de levar a medida à concertação social e sem ter admitido negociá-la. “Espero que, no futuro, o Governo arripie caminho e não perpetue esta maneira de tratar com menoridade os parceiros sociais”, declarou o presidente do PSD, vincando que “há uma ameaça efetiva para a concertação social desta forma de concertar posições do Governo fora da concertação social”.

O presidente social-democrata reivindicou ter escolhido “sempre a via da concertação”, sem “instrumentos de chantagem e de condicionamento”, enquanto esteve na chefia do Governo PSD/CDS-PP. Nesse sentido, medidas como o aumento do salário mínimo não podem “nascer nos acordos feitos à margem do parlamento, com as outras formações políticas que suportam o Governo, para depois o Conselho de Ministros carimbar e a concertação social carimbar”.

Antes de discursar, Passos Coelho ouviu o secretário-geral dos TSD, Pedro Roque, definir o PSD como “um partido interclassista” que “é também, e sobretudo, um partido de trabalhadores”.

No início da sua intervenção, o presidente do PSD manifestou admiração pela central sindical UGT, referindo que esta surgiu “contra a unicidade sindical” e contribuiu para a promoção de “uma sociedade pluralista” e para o desenvolvimento económico do país.

No final, falou na CGTP, apontando-a como “uma força sindical que, na prática, nunca esteve disponível para fazer qualquer concertação”. “Hoje, a CGTP tem sabido trazer uma parte da sua negociação por via daquela que é estendida ao Partido Comunista Português e ao Bloco de Esquerda. E é assim que uma parte do que devia ser negociado na concertação é negociado fora, satisfazendo a CGTP”, sustentou.

Numa alusão à UGT, o ex-primeiro-ministro prosseguiu: “E quando se trata de valorizar aqueles que sempre estiveram disponíveis para a concertação discute-se aquilo que tem menos relevância”. “Creio que todos aqueles que são social-democratas e que estão na UGT deviam ter talvez um papel mais ativo a denunciar esta situação, porque é perigoso não termos dentro da concertação a valorização que é devida a quem sempre esteve disponível para fazer concertação, que foi a UGT”, considerou.

Passos Coelho insistiu que “a UGT não pode hoje ver na concertação discutido o que tem menos relevância e depois ver o que é mais relevante a ser negociado e estabelecido com a CGTP fora da concertação social”. O presidente do PSD afirmou que é altura de “exigir a todos os parceiros” que se envolvam a sério na concertação e observou que “todos os governos vão a tempo de emendarem a mão”.

Criámos mais emprego em 2015 do que Governo prevê criar em 2016

Pedro Passos Coelho referiu ainda que o anterior executivo conseguiu mais emprego em 2015 do que



o atual Governo do PS prevê criar em 2016. “Nós conseguimos em 2015 criar mais emprego do que o atual Governo está a prever que a economia possa gerar em 2016 com políticas que, supostamente, são muito mais amigas do crescimento”, declarou o presidente do PSD, considerando que “alguma coisa está errada”.

Num discurso de cerca de 20 minutos, Passos Coelho defendeu que a governação dos últimos quatro anos e meio deu “resultados positivos”, incluindo no que respeita às “políticas ativas de emprego”. No entanto, considerou que é preciso “prestar uma atuação muito particular” aos jovens que procuram emprego e aos desempregados de longa duração, que apontou como dois dos “grupos mais fragilizados” da população portuguesa.

Neste jantar com membros da estrutura sindical do partido, Passos Coelho voltou a ter em fundo o lema da sua recandidatura à liderança do PSD, “Social-democracia Sempre!”, e apresentou-se como o líder da alternativa ao Governo do PS. “É muito importante que o país saiba que existe uma alternativa e que essa alternativa é liderada pelo PSD”, afirmou, acrescentando que “o PSD não está, como alguns pensam, nem num casulo, nem a fazer luto”, mas “prosegue coerentemente, responsabilmente, o seu caminho”.

Passos Coelho reiterou a ideia de que deixou o trabalho de governação a meio. Entre 2011 e 2015, o anterior Governo venceu “o pior da crise” e encontrou “um caminho de crescimento sem mais dívida”, sustentou.

Passos Coelho sublinhou que, “no futuro, para que este trabalho prossiga, é necessário que a estratégia esteja em linha com aquela que já deu bons resultados no passado. E aquela que está hoje a ser seguida já no passado foi experimentada e os resultados são aqueles que todos conhecem”.

Austeridade está a ser removida graças ao sucesso do anterior Governo

Em Bruxelas, o presidente do PSD garantiu que o início da remoção das medidas de austeridade pelo atual Governo é uma “espécie de prova dos nove” de que a política do executivo da coligação PSD/CDS “foi bem sucedida”. “Fomos nós, ainda no ano passado, que gradualmente começámos a remover as medidas de austeridade. Esse processo de remoção de austeridade é uma espécie de prova dos nove de que fomos bem-sucedidos”, disse o presidente do PSD, dia 17 de fevereiro, em Bruxelas, numa intervenção no âmbito da sua candidatura à liderança do partido.

Para o líder da oposição, se tivesse havido falhanço, “não era possível dispensar” as medidas de austeridade. “Os atuais governantes removem políticas de austeridade porque isso é possível e é possível porque fomos bem-sucedidos”, repetiu Passos Coelho, sublinhando que “o problema é saber se, com o afã de querer voltar essa página, não tropeçamos e não temos de voltar atrás”.

Perante membros das Secções do PSD de Bruxelas, Reino Unido, Alemanha, Luxemburgo e França, Passos Coelho defendeu a necessidade de atrair investimento estrangeiro para Portugal, mas deixou a questão de como convencer industriais a apostar num Governo que “depende no parlamento de forças políticas desconfiadas do sistema financeiro”.

Passos Coelho questionou como “vender uma história” para dar confiança a investidores internacionais, com a “CGTP, que sempre se recusou a qualquer concertação

social que validasse um processo de reforma estrutural, com o PCP, que tem uma posição de aversão à União Europeia ou com o Bloco de Esquerda, que tem combatido a ideia da Europa” defendida pela “grande maioria dos europeus”.

Acerca da TAP, o antigo primeiro-ministro pediu mais explicações sobre o “processo de privatização que terá sido reconvertido”. “Mas nem o Governo sabe explicar bem como”, notou Passos Coelho, recordando que o atual primeiro-ministro, António Costa, garantiu que o Estado iria recuperar 51% da companhia aérea “a bem ou a mal”. “Parece que houve um entendimento para que o Estado recupere 50%, mas não se sabe bem em que termos e em que condições e se isso faz da TAP uma empresa pública ou uma empresa privada”, disse Passos Coelho, garantindo que “na Europa toda a gente sabe o que significa” e que “não é um sinal positivo para os investidores e para quem avalia a trajetória da dívida portuguesa”.

Passos Coelho também reconheceu os próprios erros, assim como os da ‘troika’, mas também as razões para a tomada das medidas. “A ‘troika’ cometeu muitos erros, como nós cometemos muitos erros, mas quer a ‘troika’, quer nós, procuramos fazer aquilo que era preciso fazer para responder aos problemas que existiam”, disse o social-democrata, acrescentando que as políticas para esses problemas “eram tudo menos agradáveis do ponto de vista do marketing político”.

Cabe ao Governo dar respostas tranquilizadoras

Cabe ao Governo dar respostas tranquilizadoras a quem tem manifestado uma “preocupação genuína” quanto ao empenho do país em cumprir as metas orçamentais e prosseguir a transformação estrutural da economia. “Essa preocupação existe, é genuína. Eu julgo que não só fora de Portugal, em Portugal também. Mas aquilo que julgo que é mais importante é obter do Governo português as respostas tranquilizadoras que são necessárias”, afirmou Pedro Passos Coelho, à chegada a uma reunião do Partido Popular Europeu (PPE), preparatória do Conselho Europeu que decorre nos dias 18 e 19 de fevereiro.

“Não é ao líder do maior partido, neste caso até da oposição, que compete dar garantias ou fazer declarações tranquilizadoras, na medida em que não depende de nós o rumo que nesta altura, do ponto de vista económico ou orçamental, está a ser prosseguido no país, depende do Governo. E eu espero que o Governo atenda a isso porque é o interesse do país no seu todo que está em causa, não é o interesse dos partidos que apoiam o Governo”, declarou.



Advertindo que “há sempre aspetos de política internacional que levantam incertezas que, por vezes, podem afetar aqueles que estejam em piores circunstâncias”, como a atual crise que tem afetado os mercados financeiros, o ex-primeiro-ministro sublinhou a necessidade de Portugal “resguardar-se” desses riscos, prosseguindo “um caminho de prudência”, que inspire confiança, “e isso é redobradamente importante quando podem aparecer fatores de instabilidade ou de desconfiança nos mercados externos”.

“Se desenvolverem políticas arriscadas, imprudentes, podem, perante circunstâncias externas mais adversas, colocar-se numa posição de maior volatilidade também, e de poder receber um ‘feedback’ negativo quanto àquilo que são as reações do mercado, e era isso que eu não gostaria que acontecesse a Portugal, como, de certa maneira, já sucedeu numa primeira ocasião”, disse, referindo-se ao facto de “as taxas de juro portuguesas terem disparado de uma forma única, que não foi replicada por outros países da periferia da zona euro”.

Passos Coelho indicou que tem sido questionado, e não apenas no seio do PPE, sobre se existe efetivamente

entre as autoridades portuguesas uma “forte convicção de prosseguir o trabalho que vinha sendo realizado”, mas sustentou que só o Governo pode dar garantias, até porque são “opções que têm vindo a ser sinalizadas a partir das autoridades portuguesas” que têm causado alguma apreensão. “Infelizmente houve já chamadas de atenção de várias instituições internacionais, que manifestaram apreensão pelas que foram adotadas nos últimos anos e que lançam alguma intranquilidade e alguma insegurança junto daqueles que estavam habituados a olhar para Portugal como um país que estava muito comprometido com as suas metas orçamentais por um lado, mas também, e esta parte não é menos relevante, com a transformação estrutural da economia portuguesa no sentido de ser uma economia mais aberta, mais competitiva”, apontou.

“Os partidos podem ter as suas divergências quanto à melhor forma de proceder, mas sempre que, do ponto de vista externo, existirem dúvidas sobre a nossa capacidade e a nossa vontade para cumprir os compromissos que assumimos no passado e manter a trajetória económica num sentido positivo, isso prejudica-nos a todos, e eu acho que o Governo deve ser sensível a isso”, disse.



Pedro Passos Coelho no encerramento das Jornadas Parlamentares

Sinais de instabilidade

Na sessão de encerramento das Jornadas Parlamentares do PSD, Pedro Passos Coelho, reforçou que o partido encara o futuro “sem pressa” e defende “a estabilidade”: “O atual Governo não tem nenhuma razão para se desculpar com o que vai acontecer. É este Governo o inteiramente responsável pelo que acontecer ao nosso país nos próximos anos. [...] E, se discordamos do caminho que este Governo está a seguir, não deixamos de respeitar, evidentemente, a maioria que suporta o Governo no parlamento. E essa maioria no fim do mandato deverá responder pelos resultados”, defendeu.

Passos Coelho vaticina que “ninguém acredita em Portugal que esta maioria dure quatro anos, mas isso não é evidentemente por causa do PSD”. Apontou como exemplo as recentes declarações sobre a reestruturação da dívida: “O Bloco de Esquerda já avisou que ou há reestruturação de dívida, ou não há acordo para o Orçamento de 2017. Já está a prometer uma crise política em fevereiro a pensar que não pode fazer, como o Syriza fez, a coresponsabilização pela governação”. “E o Partido Comunista não perdeu dois segundos, disse: não, não, não é para 2017, é já para 2016, vamos já discutir o assunto, não vá alguém adiantar-se neste resultado. Não sei se o PS acha que isto o ajuda a parecer um partido moderado. Veremos como é que essa negociação avança”, completou. Quanto à posição do PSD, acrescentou: “Não é quando as coisas se complicam à nossa volta que nós deitamos mais achas para a fogueira, que lançamos e semeamos a instabilidade, ou que fazemos as provocações e nos decidimos a deitar pedradas a quem não está de acordo connosco”.

“Fiquem a saber: nós não temos medo de pedradas, nem nos deixamos enganar por quem esconde a mão e por quem faz o exercício das sombras, nós sabemos o que se está a passar, opomo-nos ao que se está a passar e continuaremos a dizer aos portugueses que, se não querem o que se está a passar, podem voltar a confiar no PSD”, concluiu.

Nesta intervenção, o presidente social-democrata acusou o primeiro-ministro de fazer um “ataque descabelado” e inédito ao Banco de Portugal e de governar

com falta de cultura democrática: “Nada justifica o ataque institucional declarado a uma entidade independente por parte de um Governo que sabe que, para conduzir a estratégia de desnorde em que mergulhou, precisa de comandar tudo e ter quem lhe obedeça, e quem discordar, a bem ou a mal, tem de mudar”, criticou, lembrando que em democracia o sistema de pesos e contrapesos, a divisão de poderes e a limitação das competências “são necessários”.

João Salgueiro e César das Neves consideram que podemos ter um novo resgate

O antigo ministro das Finanças João Salgueiro adverte que um novo resgate financeiro a Portugal “pode ser inevitável” e o professor universitário João César das Neves defendeu mesmo que se está “à beira de um novo resgate”. Os dois economistas assumiram esta posição nas jornadas parlamentares do PSD, em Santarém. No início da sua intervenção, João Salgueiro defendeu que se aproxima uma mudança profunda em Portugal e disse que já se começa a pensar que um quarto resgate “pode ser inevitável”.

Durante o período de debate com os deputados, César das Neves colocou esse cenário como uma certeza: “Está-se à beira de um novo resgate em Portugal, e certamente uma crise muito mais vasta do que isso. A Europa está fragilizadíssima e, portanto, estamos por meses de ver aí uma coisa mesmo séria”.

Segundo César das Neves, o Governo do PS está consciente disso, e por isso desvaloriza “os disparates” do processo de aprovação do Orçamento do Estado para 2016. “O que eles estão a pensar é: vem aí uma trovoadade de um tamanho tal que qualquer disparate que a gente faça antes desaparece. Eu acho que é isso”.

Convidado para intervir num painel sobre “Caminhos seguros para o crescimento económico duradouro”, o professor universitário descreveu Portugal como “um país

rico de pobres”, que está “em vias de extinção” devido à falta de nascimentos e à emigração, com uma economia prejudicada pela “evasão fiscal” e “rigidez no mercado de trabalho” e em que “está tudo falido”.

César das Neves terminou a sua intervenção com uma citação de Salazar sobre “riqueza ilusória” que termina com a seguinte afirmação: “Todos estes males têm somente uma cura - a estabilização da moeda, e esta é impossível, independentemente da solução do problema financeiro”.





Por sua vez, João Salgueiro começou por elogiar os sociais-democratas. Perante a presença do presidente do PSD e ex-primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, e de vários ministros do anterior Governo PSD/CDS-PP, o economista disse que via na sala várias pessoas que contribuíram para “ajudar o país a viver melhor e a ter mais sucesso”.

Depois, manifestou “apreço” pelos deputados do PSD que “estão a participar numa experiência que não é fácil”, acrescentando: “Tenho visto as intervenções de alguns na comunicação social muito assertivas e muito convincentes”.

Logo em seguida, João Salgueiro sustentou que “o país mais uma vez está na véspera de ter de mudar de cenário”. “Quem já viveu mais anos do que gostaria infelizmente está lembrado de situações idênticas, em que se tem a sensação de que as soluções estão esgotadas e que vai ter de haver uma mudança se calhar mais funda do que nós pensaríamos inicialmente”, prosseguiu.

João Salgueiro apontou como exemplo a descolonização, dizendo que “foi uma lição de que as mudanças que não se fazem a tempo dão ruturas muito mais graves, mais tarde ou mais cedo”.

Neste contexto, afirmou que houve “um terceiro resgate que já acabou, mas ainda não está concluído, e se calhar já começa a pensar-se que um quarto pode vir a ser inevitável”.

“Isso é sintoma de um esgotamento do sistema, que mostra que neste momento tudo o que pensemos não é demais”, considerou.



PSD rejeita um “orçamento mau”

É um orçamento que “não tem arranjo possível”. Pedro Passos Coelho sintetizou desta forma a posição do PSD sobre um documento que mereceu a aprovação de toda a esquerda parlamentar. “A proposta orçamental passou então de expansionista a restritiva, nova palavra socialista para designar austeridade. Mas uma austeridade melhor, dizem, já que tem a marca socialista, bloquista, comunista e ‘verde’. E, como sabemos, para a nova maioria, verde, comunista, bloquista e socialista, o seu orçamento só pode ser ideologicamente melhor e mais puro do que qualquer outra coisa que já tenha existido”, começou por afirmar Passos Coelho, no encerramento do debate parlamentar do Orçamento do Estado para 2016 na generalidade, dia 23 de fevereiro. Para o líder do PSD, o documento “está ainda longe de conhecer a sua última versão, mas é apresentado como sendo o princípio do tempo novo que se quer viver no país”.

O líder social-democrata condenou o facto “embaraçoso” de observar “socialistas, por vezes os mesmos que no Governo, em 2010 e em 2011” protagonizaram políticas austeritárias “apresentarem-se agora como os agentes de uma política patriótica e progressista que aposta no crescimento da economia e combate a maldosa austeridade que eles mesmos iniciaram”. “Julgam que, repetindo esta falsificação, descansam os espíritos inquietos que, no fundo, sabem que a austeridade não é de esquerda nem de direita, é o que sobra quando acaba o dinheiro”, disse, sublinhando o cariz “reformista, gradualista e realista” do PSD face a uma “maioria socialista, bloquista, comunista e ‘verde’ populista, retrógrada e irrealista”. “Este orçamento é, portanto, vosso. O que nos separa hoje é claro e importante. Mais do que as diferenças programáticas, divide-nos a relevância que cada um de nós dá à realidade e aos factos. E, como dizia Churchill, ‘deve-se olhar para os factos porque eles olham para nós’”, afirmou.

Passos Coelho tinha começado por enumerar o percurso do documento apresentado pelo executivo do PS, que “andou dez dias a mudar a natureza do esboço e apresentou um resultado que, apesar de não ser liminarmente recusado, deixa tanto a desejar que novas medidas devem, segundo o Eurogrupo e a Comissão Europeia, começar desde já a ser preparadas para ser incluídas (...) o mais tardar discutidas em abril, juntamente com o programa de estabilidade”. “Pelo meio do processo orçamental, agravou-se também a tendência dos partidos da maioria para veicular uma versão falsificada da realidade histórica, pretendendo criar nos portugueses a ideia de que o país só teve crise e austeridade porque agentes malévolos e ideologicamente enviesados governaram o país nos últimos anos”, condenou.

Passos Coelho lastimou ainda a possibilidade de perda da credibilidade internacional do país e a indisciplina nas contas públicas com o atual projeto de governação do PS, garantindo que, se estivesse ainda no executivo, Portugal estaria a trocar “parte do esforço fiscal que este Governo pede aos portugueses para fingir que remove” por uma “reforma da segurança social que trouxesse, por via fiscal, sustentabilidade e menos défice no sistema”, além de uma “nova vaga de reformas estruturais”.

Já na segunda-feira, 22 de fevereiro, o líder do PSD anunciara, em conferência de imprensa, o voto desfavorável da bancada social-democrata ao Orçamento do Estado por ser “mau” para os portugueses e por trazer “incerteza e populismo”. “É um mau orçamento porque não está, como deveria, ao serviço de uma estratégia sólida de recuperação da economia e do emprego. Em vez de credibilidade, confiança e prudência, o Governo trouxe irrealismo, incerteza e populismo”, lamentou o presidente do PSD. E citou pareceres negativos sobre o documento do executivo liderado pelo socialista António Costa por parte da Comissão Europeia (CE), Conselho de



Finanças Públicas, Unidade Técnica de Apoio Orçamental e outras entidades externas. “Depois do aviso sério da CE, o Governo entendeu então responder com um choque de expectativas. Depois de várias tentativas e sucessivas erratas, alterou alguns pressupostos e algumas metas, ao mesmo tempo que introduziu um conjunto alargado de novas medidas, mormente do lado dos impostos, que deram ao orçamento uma marca mais restritiva, mantendo os riscos elevados de incumprimento”, criticou. Para o presidente social-democrata, tais “riscos obrigaram o ministro das Finanças a comprometer-se, junto dos parceiros europeus, a apresentar um ‘plano B’ com medidas mais restritivas que confiram mais realismo às previsões do Governo e menores riscos de incumprimento para Portugal”. “Apesar de, espalhafatosamente, dar com uma mão o que disfarçadamente tira com a outra, o Governo insiste em fazer gala em dizer que está a fechar a página da austeridade, revertendo a grande velocidade as medidas do passado”, condenou ainda, acusando o elenco governativo socialista de parecer “mais guiado pela preocupação eleitoral do que a pensar no futuro dos portugueses”.

A Assembleia da República aprovou na generalidade a proposta de Orçamento do Estado para 2016, com votos favoráveis de PS, BE, PCP e Os Verdes, a abstenção do PAN

e votos contra das bancadas do PSD e do CDS-PP. Com idêntica votação, foram também aprovadas as Grandes Opções do Plano. A aprovação na generalidade - a que se seguirá nos próximos dias o aprofundamento na especialidade em sede de comissão do Orçamento - surge no final de dois dias de um debate parlamentar que se prolongou no total por mais de 12 horas, repartidas entre a tarde de segunda-feira e toda a terça-feira. O Orçamento será agora analisado e discutido pelos deputados na especialidade, com debates marcados para 10, 14 e 15 de março e a sua votação final global em 16 de março.

Intervenção de Pedro Passos Coelho na íntegra

**«Senhor Presidente da Assembleia da República
Senhoras e Senhores membros do Governo
Senhoras e Senhores Deputados**

Agora que se conclui a discussão na generalidade da proposta de lei do orçamento para 2016 começa a ficar mais nítido para todo o País o que pode representar para Portugal e para os Portugueses as escolhas que estão a ser feitas e as suas consequências para futuro.



Começou o Partido Socialista, no seu programa de governo, bem como na negociação dos entendimentos no seio da maioria que o suporta, por apontar como facto distintivo do início da sua governação assumir o compromisso pela reversão acelerada de medidas de austeridade.

Conhecendo o impacto orçamental sobre o défice que essa escolha representava, o governo começou por apontar 2,8% do PIB como objetivo para o défice em 2016. Sabe-se que neste objetivo se incluíam outras medidas de aumento de despesa pública que haviam sido apresentadas no contexto de uma estratégia de médio prazo, destinada a estimular mais o crescimento da procura interna, por via da opção por mais transferências sociais que proporcionariam o crescimento do consumo, e por via da opção por mais despesa pública de investimento. Em conjunto, estas medidas de agravamento da despesa pública e de redução da receita fiscal permitiriam, segundo o governo, crescer mais e mais depressa, ao mesmo tempo que satisfaziam obrigações de ordem constitucional e de equidade social.

Defendia o governo que não haveria risco maior com esta estratégia. Não se punha em causa a consolidação orçamental, apenas se escolhia um ritmo mais moderado de consolidação. Também não se geraria qualquer desconfiança quanto à trajetória de redução do rácio de dívida pública, apenas se daria mais verosimilhança a uma redução mais sustentada da dívida, porque só crescendo mais se pode ser mais forte para pagar a dívida e gerar confiança nos credores, afirmavam.

Seria realmente esta a percepção dos nossos credores e das instituições externas a quem os investidores prestam atenção antes de tomarem decisões? Seria este caminho compatível com as regras do semestre europeu, do chamado Tratado orçamental e da lei de enquadramento orçamental que o reflete? Fiz aqui ao Primeiro-Ministro estas perguntas desde o início de funções do novo governo. Inaugurando uma nova prática política de deixar sem resposta aquilo a que não interessa responder, o governo lá foi adiantando que, se fosse preciso, saberia defender com galhardia esta estratégia em Bruxelas e que, o País haveria de ver, um governo que não fosse subserviente como o anterior saberia defender o interesse nacional com melhores resultados, e tudo sem afrontar os parceiros europeus.

E foi assim, ainda nestes prolegómenos orçamentais, que o Primeiro-Ministro deu uma entrevista ao Financial Times, onde revelava que as semanas de negociações com a Comissão Europeia tinham sido intensas mas que se estava a alcançar um resultado favorável, que afastaria cenários de dúvida e desconfiança sobre a estratégia do novo governo português.

Depois, foi o que se sabe. Tudo não passou de en-



cenação. O esboço orçamental apresentado marcou o início da descida à terra, com correções ao cenário macroeconómico e um objetivo de défice mais baixo. Mas provocou grande choque em Bruxelas. As instituições nacionais independentes que avaliam estas questões já tinham arrasado o esboço. Ele era pouco realista, muito arriscado e ludibriava as regras europeias e nacionais.

O resultado subsequente, triste, é conhecido. O governo andou dez dias a mudar a natureza do esboço e apresentou um resultado que, apesar de não ser liminar-

mente recusado, deixa tanto a desejar que novas medidas devam, segundo o Eurogrupo e a Comissão Europeia, começar desde já a ser preparadas para ser incluídas, de preferência, ainda nesta proposta de orçamento, antes de ela ser aprovada, mas o mais tardar discutidas em abril juntamente com o programa de estabilidade.

A proposta orçamental passou então, de expansionista, a restritiva, nova palavra socialista para designar austeridade. Mas uma austeridade melhor, dizem, já que tem a marca socialista, bloquista, comunista e verde. E, como sabemos, para a nova maioria, verde, comunista, bloquista e socialista o seu orçamento só pode ser ideologicamente melhor e mais puro do que qualquer outra coisa que já tenha existido. Por isso, apesar de a carga fiscal afinal já não baixar e de algumas medidas emblemáticas da nova governação terem ficado em suspenso para nova oportunidade, este orçamento, que como já todos percebemos está ainda longe de conhecer a sua última versão, é apresentado como sendo o princípio do tempo novo que se quer viver no País.

Pelo meio, e na margem desta encenação autêntica, o governo e a sua maioria vão completando o quadro político e económico pontuando com a reversão de muitas outras medidas, não de austeridade, mas de natureza estrutural que o processo de ajustamento nos aconselhou a realizar. Na Educação, no setor empresarial do Estado com as privatizações e concessões, na legislação laboral, na política de rendimentos, na reforma do IRC, entre muitos outros setores, a mensagem principal é reverter e andar para trás para poder parecer mais progressista.

A ode ao progressismo não se fez esperar. A reputação e a credibilidade que foram amealhadas por Portugal com esforço e sacrifício sofreram um fortíssimo abanão. Isso mesmo ficou bem estampado no recente processo de crescimento do prémio de risco da dívida soberana portuguesa, que disparou muito acima de qualquer outra no contexto da perturbação que atingiu os mercados financeiros. Nem o facto de o Banco Central Europeu andar literalmente às compras impediu que, com aversão ao risco, os investidores vendessem os títulos portugueses e que Portugal, no final desse processo, tivesse galgado um patamar acima do que arduamente tinha conquistado em matéria de taxas de juro, deixando antever dificuldades crescentes em próximo e provável agravamento das perspetivas nos mercados financeiros.

Pelo meio do processo orçamental agravou-se também a tendência dos partidos da maioria para veicular uma versão falsificada da realidade histórica, pretendendo criar nos portugueses a ideia que o País só teve crise e austeridade porque agentes malévolos e ideologicamente enviesados governaram o País nos últimos anos. Não espanta que esta versão corra pelo lado da extrema esquerda parlamentar, coerente com o seu fanatismo



ficional não apenas da realidade portuguesa mas do mundo no seu todo. Mas chega a ser embaraçoso ver os socialistas, por vezes os mesmos que no governo, em 2010 e 2011, defenderam e executaram os cortes de salários da função pública, congelaram o salário mínimo nacional, congelaram as pensões, cancelaram os quarto e quinto escalões do abono de família, aumentaram todas as taxas do IVA, incluindo a normal de 21% para 23%, propuseram e se comprometeram com a retirada de benefícios fiscais às famílias no âmbito da educação, da saúde e da habitação, aprovaram o agravamento do IMI, e por aí fora, apresentem-se agora como os agentes de uma política patriótica e progressista que aposta no crescimento da economia e combate a maldosa austeridade que eles mesmos iniciaram. E julgam que repetindo esta falsificação descansam os espíritos inquietos, que, no fundo, sabem que a austeridade não é de esquerda nem de direita, é o que sobra quando acaba o dinheiro.

A coroar este desajeitado processo orçamental lá apareceram as desesperadas acusações de falta de patriotismo e mesmo de sabotagem, segundo acusação pessoal do Chefe do Governo, dirigida a mim próprio e a outros deputados europeus do PPD/PSD, que terão ou teremos movido influências poderosíssimas, pelo menos em Bruxelas, para deixar ficar mal o governo português e Portugal. Outra acusação pessoal e dirigida também ao caráter dos anteriores governantes da coligação entre o PPD/PSD e o CDS/PP já havia sido desferida pelo Dr. António Costa a propósito do suposto embuste a que teremos conduzido as instituições europeias no âmbito da classificação de medidas de natureza temporária como tendo um efeito estrutural, o que terá alegadamente contribuído para que bondosas novas mas erradas classificações deste governo não pudessem fazer o seu curso em Bruxelas, prejudicando as legítimas aspirações dos novos governantes. E desta maneira julga o atual Primeiro-Ministro que se livra da responsabilidade pelas medidas que inclui neste arremedo de orçamento que nos apresenta. Julga que acusando, insinuando, denegrindo o seu antecessor, resolve o seu problema de poder ser visto como quem usurpa o que não conseguiu conquistar por direito próprio e de poder afinal ter ficado apenas com uma réplica da verdadeira fonte de autoridade que precisa de destruir e aniquilar para que a falsificação não seja notada.

Quero dizer, senhor Primeiro-Ministro, que lamento profundamente que estas obsessões o impeçam de fazer o seu caminho com a elevação e a dignidade que todos apreciaríamos observar, apesar das diferenças que nos separaram e são muitas. Mas fica-me, com alguma ironia, permita-me, a satisfação de verificar que parece que,

juntamente com o Passismo que não sabia existir e que o senhor pretendeu ontem criar, sou involuntariamente um fator relevante de estabilidade para o governo em Portugal. Na verdade, apesar de estar na oposição, a cada debate que passa, percebe-se que uma ambição que não tinha se vem refletindo na situação política do País. Estou, desproporcionada, imerecida e ironicamente, a transformar-me no principal elemento de agregação e união da curiosa diversidade partidária da maioria que o sustenta.

**Senhor Presidente
Senhoras e Senhores membros do Governo
Senhoras e Senhores Deputados**

Permitam-me que procure agora resumir o essencial do que está em jogo com este debate orçamental.

O País inteiro sabe qual era a estratégia orçamental que nós executaríamos se estivéssemos no governo. Defenderíamos uma mais gradual mas permanente remoção da austeridade, para não tropeçar no excesso de voluntarismo e não obrigar os Portugueses a terem de pagar no futuro novamente com mais sacrifícios a imprudência do presente.

Apostaríamos numa fiscalidade mais favorável para as empresas e para o investimento para promover melhor o crescimento sem dívida e o emprego sustentável. Mais e melhores investimentos e empresas hoje representam mais e melhores empregos e rendimentos amanhã.

Seríamos mais exigentes na disciplina das contas públicas e mais ambiciosos na redução da dívida, nomeadamente antecipando mais reembolsos nos empréstimos do FMI e poupando nos juros. E sim, isso teria reflexos no curto prazo em matéria de esforço orçamental, mas Portugal estaria em posição mais previdente e mais segura.

Trocaríamos bem uma parte do esforço fiscal que este governo pede aos portugueses para fingir que remove austeridade por uma reforma da segurança social que trouxesse por via fiscal sustentabilidade às pensões e reduzisse o défice implícito e explícito no sistema previdencial, gerando assim confiança e segurança dos contribuintes nas pensões em pagamento e nas pensões futuras.

Estaríamos a fazer a reavaliação da primeira vaga de reformas estruturais já realizadas e a preparar uma agenda ambiciosa de nova vaga de reformas estruturais, mais voltadas para o aumento da produtividade dos serviços públicos, para a atração de mais investimento

externo e para promover uma maior abertura da nossa economia e o crescimento das nossas exportações, para inverter a recessão demográfica e para atacar as causas económicas e sociais das profundas desigualdades que persistem há décadas.

E não, não estaríamos a falar de renegociação da dívida, como um pirómano que se deleita com a destruição de reputação e de valor da economia, como sucede com a atual maioria de governo.

Também não estaríamos a estimular o consumo interno, que felizmente tem vindo gradualmente a recuperar. Nem estaríamos a impor uma política de rendimento desligada, como perigosamente sucedeu no passado, do crescimento da produtividade, o que só tem como efeito minar a competitividade das empresas e gerar mais desemprego no futuro próximo.

Nem sequer defenderíamos um orçamento que, para sustentar a ilusão do fim da austeridade, penaliza a classe média e as empresas, bem como as famílias numerosas, tirando disfarçadamente com uma mão o que dá ostensivamente com a outra, como mais uma vez se provou com estas habilidades de última hora que o governo hoje de manhã anunciou.

Votaremos, pois, contra.

O orçamento é mau e é um presente envenenado para os Portugueses. Deixa o País mais vulnerável às crises exteriores e não faz o que é preciso para melhorar o potencial de crescimento no futuro. Promete menos emprego e menos investimento do que alcançamos já no ano passado.

E não, não apresentaremos alterações a esse orçamento.

Ele não tem arranjo possível, além de que é legítimo que quem governa o possa fazer com as suas escolhas e não com as escolhas da oposição.

Este orçamento é, portanto, vosso. O que nos separa hoje é claro e importante. Mais do que as diferenças programáticas, divide-nos a relevância que cada um de nós dá à realidade e aos factos. E, como dizia Churchill, “deve-se olhar para os factos, porque eles olham para nós”.

Por isso o PPD/PSD é reformista, gradualista e realista. E a maioria socialista, bloquista, comunista e verde que suporta o governo é populista, retrógrada e irrealista.

Isso está bem refletido neste orçamento provisório. Sendo um repositório de intenções, veremos quanto tempo resistirá à realidade e se a própria maioria acredita nele. Esperamos que desta vez, o custo da diferença seja mais acessível para os Portugueses.»



Governo lança “cortinas de fumo” sobre a TAP

O PSD acusa o Governo de “mais uma vez” omitir informação em relação à TAP e de “lançar cortinas de fumo”, depois de a Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC) ter impedido a empresa de decisões de gestão extraordinárias. “Concluimos que, mais uma vez, o Governo, na TAP, para além de omitir informação gosta de lançar cortinas de fumo, fugindo à realidade dos factos e procurando de alguma forma criar acontecimentos que não correspondem à realidade”, afirmou o deputado do PSD Luís Leite Ramos.

“A ANAC tomou um conjunto de medidas cautelares que impedem atos de gestão relevantes na TAP, porque continua a aguardar informação para encerrar a notificação relativa à fase inicial do processo de privatização e essa informação não chegou à ANAC”, salientou o deputado social-democrata.

A Autoridade Nacional de Aviação Civil admitiu que existem “fundados indícios de desconformidade” das regras europeias na venda de 61% da TAP à Gateway, tendo imposto medidas destinadas a impedir decisões de gestão extraordinária durante um prazo de 90 dias.

De acordo com o deputado, o PSD não sabe se “foi por iniciativa da Atlantic Gateway que a informação, que a ANAC pedia desde novembro, não foi enviada ou se o próprio Governo entendeu que face à alteração da situação inicial já não fazia sentido fechar ou encerrar o processo de notificação”. “A ANAC não se pronunciou sobre o cumprimento ou não das regras comunitárias em matéria de estrutura do capital acionista”, afirmou o deputado, acrescentando que a autoridade refere que ainda não recebeu qualquer informação sobre o processo que foi, entretanto, encerrado entre o atual Governo e a Atlantic Gateway.

“Esse facto sim é relevante”, sublinhou Leite Ramos, considerando “estranho” que o Governo ainda não tenha iniciado um processo de notificação.



Braga quer transformar Parque de Exposições em infraestrutura de referência



A Câmara de Braga quer tornar o Parque de Exposições local uma “infraestrutura de referência” no Norte de Portugal e Galiza após a requalificação do espaço, obra orçamentada em sete milhões de euros e que estará pronta em 2017. No dia 15, após a reunião camarária na qual foi aprovado o lançamento do um concurso público para elaboração de projetos daquela obra, o presidente do conselho executivo da InvestBraga, entidade responsável pelo Parque de Exposições, Carlos Oliveira explicou que o objetivo passa ainda por “recenter” a cidade naquela zona, pelo que o espaço exterior do edifício é também uma “preocupação grande”.

“A intervenção global será de sete milhões de euros e vamos ter de ser muito criteriosos e criativos na sua execução [da obra]. Não são paliativos à infraestrutura, no limite será uma nova infraestrutura. Mas não começamos do zero, começamos de uma base instalada”, explicou Carlos Oliveira.

“Temos aqui uma infraestrutura de referência na região e no Norte do país e que deve ter a ambição de chegar à Galiza. [Deveremos ter a ambição de] estarmos em eventos desportivos, exposições e eventos culturais e também a ambição de concertos musicais de grande impacto”, apontou Carlos Oliveira.

Carlos Oliveira apontou o “final do primeiro semestre do próximo ano” como data para a conclusão da obra mas, avisou, “vai depender muito de todos os procedimentos e da execução”.

O executivo liderado Ricardo Rio aprovou o lançamento do concurso público para elaboração de projetos para a referida obra, na ordem dos 255 mil euros, depois de concluído um estudo prévio definiu a estratégia para uma futura intervenção. O estudo incluiu a realização de um diagnóstico da situação existente, com levantamentos arquitetónicos e caracterização das principais infraestruturas atuais.

Criado em 1981, o Parque de Exposições de Braga está vocacionada para a realização de feiras, exposições, congressos e outros eventos de carácter sociocultural, científico, recreativo e desportivo, de interesse nacional e internacional.

Congresso de Autarcas do PSD do Distrito de Leiria



O secretário-geral do Partido Social Democrata José Matos Rosa esteve na sessão de abertura do Congresso de Autarcas do PSD do Distrito de Leiria, sábado, 20 de fevereiro 2016.



Câmara de Barcelos não devolve impostos aos munícipes

O PSD de Barcelos critica a Câmara Municipal por não devolver aos munícipes os cerca de 2 milhões de euros que recebe anualmente pelo IRS cobrado no concelho. Em comunicado, o PSD aponta o exemplo de concelhos vizinhos, como Ponte de Lima, Braga e Póvoa de Varzim, cujas câmaras devolveram total ou parcialmente o valor do IRS que receberam. “O executivo PS pensa que os barcelenses vivem melhor do que os cidadãos de outros concelhos e, como tal, o valor que poderiam receber em IRS devolvido não é relevante e importante para as suas vidas e famílias?”, pergunta o PSD de Barcelos.

As câmaras municipais recebem 5% do IRS que é cobrado no concelho e podem devolver aos cidadãos uma parte ou o total dessa verba, de acordo com o que deliberarem os respetivos órgãos autárquicos.

O PSD/Barcelos sublinha que, em 2016, são 96 as câmaras municipais que devolvem IRS aos munícipes, num total de 60 milhões de euros. Acrescenta que, anualmente, o município de Barcelos encaixa cerca de 2 milhões de euros de IRS, mas em 2016, e a exemplo dos anos anteriores, volta a não devolver nada aos munícipes.

No mesmo comunicado, o PSD refere que, “tendo em conta os constantes aumentos” de receita arrecadada pela câmara de Barcelos, existem “condições objetivas” para aliviar a carga fiscal e, conseqüentemente, não ser cobrada a taxa de 5 por cento a incidir sobre o IRS de 2016.



Esquerda faz um “ataque despudorado” ao Baixo Alentejo



A Distrital do PSD de Beja acusa o Governo PS, o PCP e o BE de “ataque despudorado” ao Baixo Alentejo, por terem “concertado” um orçamento do Estado para este ano que ignora “totalmente” a região. Num comunicado enviado à agência Lusa, a Distrital de Beja do PSD “repudia o ataque despudorado do Governo do PS”, com o apoio parlamentar do PCP e do BE “ao Baixo Alentejo”. “É absolutamente vergonhoso” que o Baixo Alentejo “tenha sido totalmente ignorado” no Orçamento do Estado para este ano “concertado entre estas três forças políticas que sustentam o governo”, considera a Distrital do PSD de Beja.

Segundo o PSD, em causa está o “abrandamento nas obras” e o “ponto final no aumento da área regada” do projeto Alqueva, o “atraso nos pagamentos” do Programa de Desenvolvimento Rural (Proder) e “falta de verba para financiamento de novos projetos”.

Na área das acessibilidades, o PSD aponta o “corte no financiamento” para a conclusão das obras de requalificação do Itinerário Principal (IP) 2 e a eventual requalificação do IP8 e a “exclusão total no investimento na ferrovia” no Baixo Alentejo.

O PSD estranha ainda “a ausência” no Orçamento do Estado para este ano de “uma proposta de dinamização” do aeroporto de Beja, “numa altura em que a ANA - Aeroportos de Portugal começa a desenvolver dinâmicas de movimento de aeronaves” na infraestrutura aeroportuária alentejana.

Na área social, o PSD considera que é, “no mínimo, surpreendente a falta de medidas estruturais para o setor e de apoio concreto” para as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), “numa fase em que a economia social começava a ganhar dinâmica empresarial” e “depois do sucesso do Programa de Emergência Social implementado pelo anterior Governo” PSD/CDS-PP.

Segundo o PSD/Beja, “é caso para perguntar onde está a força” dos deputados pelo círculo de Beja eleitos pelo PS, Pedro do Carmo, e pelo PCP, João Ramos. “Onde está a força do Baixo Alentejo prometida por Pedro do Carmo?” e “onde estão as medidas vezes sem conta anunciadas por João Ramos na defesa da região?”, pergunta o PSD.

Diligências para que a fábrica de louça de Viana reative a produção

O PSD na Câmara Municipal de Viana do Castelo propôs a realização de reuniões com a administração da fábrica da louça regional, sem laborar desde 2012, e o executivo PS revelou que as tentativas feitas nesse sentido saíram goradas. A proposta da bancada social-democrata, no sentido de serem encetados contactos com a administração da fábrica da “Louça Regional de Viana”, surgiu no período antes da ordem de trabalhos da reunião camarária de 18 de fevereiro, pela voz do vereador Eduardo Teixeira.

“Se o executivo socialista não estiver disponível, iremos nós solicitar reuniões com a administração da fábrica porque é um produto estratégico importante para a afirmação de Viana no mundo”, afirmou o vereador social-democrata.

Eduardo Teixeira adiantou que “o município não pode nem deve abster-se dos seus produtos estratégicos”.

“A louça de Viana foi, e é um deles. Temos de fazer algo. Devemos ajudar a resolver e não ser parte da inércia”, frisou.

Com 242 anos, a fábrica “Louça Regional de Viana” encontra-se desde 2012 com a produção suspensa, mantendo somente uma loja para escoar ‘stock’ e um museu onde está exposto o espólio de que dispõe. Produzida em porcelana, distingue-se por ser totalmente pintada à mão e cozida a uma temperatura de 1400°, que lhe dá uma resistência que outras não possuem. Nos últimos anos de laboração adotou a denominação de “Louça Regional de Viana”, produzindo peças não só decorativas mas também utilitárias onde se destacam os motivos florais. Foi no Cais Novo, lugar da freguesia de Darque, que a fábrica foi fundada em 1774. A sua expansão e desenvolvimento ficou a dever-se aos benefícios consagrados no Alvará Régio de 7 de Novembro de 1770 e à proximidade de Alvarães, de onde lhe vinha uma ótima argila constituída por caulino quase puro. A partir de 1947 a fábrica passa a desenvolver o seu trabalho artístico na Meadela. Em 1999, foi distinguida pela Câmara Municipal com o título de Instituição de Mérito da cidade pela “nobreza do seu passado e por constituir um “valioso património cultural do município”.

Luís Montenegro nas Jornadas Parlamentares em Santarém

O orçamento é “irresponsável”

A proposta de Orçamento do Estado para 2016 tem “a marca do eleitoralismo”. Na sessão de abertura das jornadas parlamentares do PSD, em Santarém, dia 18, Luís Montenegro sustentou que o Executivo “entrou em campanha eleitoral” desde que tomou posse, porque, “embora esteja a iniciar funções, já está a vislumbrar a cessação dessas funções e a preparar-se para o embate eleitoral”.

Mais à frente, a propósito do Orçamento para 2016, acrescentou: “Eu nunca tinha assistido a um Orçamento em primeiro ano de legislatura que fosse tão eleitoralista. Quase me apetece dizer que quem fez este Orçamento não está a contar fazer um segundo Orçamento - ou pelo menos para um segundo ano, se calhar vai ter de fazer um segundo, mas é dentro do mesmo ano. Todos os indícios apontam nesse sentido”.

Luís Montenegro referiu que não fazia esta afirmação “por hostilidade político-partidária” e considerou que “isto encerra em si mesmo um prejuízo muito grande para a vida de muitos portugueses e pode ser o princípio da tal austeridade cuja página este Governo quer virar”. E mais: a austeridade “está virada do avesso, mas ela está lá na mesma, mais injusta, porque afeta todos por igual”.

Neste discurso, Luís Montenegro criticou duramente a proposta de Orçamento do Estado para 2016 qualificando-a de imprudente, irrealista, irresponsável e eleitoralista. O líder parlamentar do PSD colocou a tónica na redução do horário da função pública para as 35 horas e no ministro das Finanças, Mário Centeno, declarando: “Para além do impacto orçamental, isto também vai ter um impacto no ministro das Finanças, e é um impacto na saúde dele. Isto vai ser uma grande dor de cabeça do ministro das Finanças”.

O deputado criticou Mário Centeno por ter declarado que essa medida “não tem impacto no Orçamento, só tem impacto nas nossas caras”, e observou que “o ministro da Saúde já deu a entender que as coisas não são bem assim”.

Luís Montenegro sublinhou que, segundo o ministro da Saúde, a redução de horário do pessoal nos hospitais e centros de saúde obrigará a “horas extra” ou “novos contratos” para salvaguardar a qualidade dos serviços. “Isto vai ser uma grande dor de cabeça do ministro das Finanças. Se ele pensa que esta alteração não tem consequências no funcionamento da Administração e não vai ter consequências no desempenho orçamental de 2016, então nós estamos mesmo muito mal”, concluiu.

De acordo com Luís Montenegro, a forma como esta medida tem sido gerida demonstra que “há uma marca de grande irresponsabilidade por parte do Governo e da cara que devia ser a credibilidade da proposta orçamental, o ministro das Finanças”.

O líder parlamentar do PSD acusou também o Governo de esconder uma “aparente negociata” na TAP e defendeu que o primeiro-ministro, os socialistas e os seus apoiantes de se comportam como os “donos disto tudo”. Luís Montenegro alegou que houve da parte do executivo do PS “uma atitude velada de esconder, de ocultar” ao país e à Assembleia da República as alterações à composição da TAP. “Este processo pode-se resumir em duas palavras: arrogância e opacidade. O Governo acha que não tem de dar explicação nenhuma”, considerou.

O líder parlamentar do PSD salientou que na semana passada o ministro da tutela esteve no parlamento “e não disse nada sobre a alteração do capital e, porventura, da distribuição acionista da empresa”, que entretanto foi noticiada.

Numa alusão ao grupo chinês HNA, Luís Montenegro acrescentou: “Afinal, havia um novo investidor na TAP, um novo acionista, porventura. Nós nem sequer sabemos



como é que a operação se estará a desenvolver. Mas sabemos uma coisa: ela só é possível com autorização do Governo”. “Cada vez são mais as razões para nós termos dúvidas dos contornos desta aparente negociata e das contrapartidas que estarão em cima da mesa para cada um dos intervenientes neste processo, e da forma como o interesse público está ou não a ser acautelado, e das condições que estavam escritas e garantidas, saber se estavam escritas e garantidas para o futuro”, concluiu.

Segundo o social-democrata, a nova composição da TAP “vai ser uma solução bem lesiva para os contribuintes e para os interesses do país”. Luís Montenegro defendeu que “o doutor António Costa e os seus apoiantes e o próprio PS estão a indiciar a vários níveis que se querem transformar mesmo nos donos disto tudo”, com um “apego de domínio de todas as estruturas de poder, até da comunicação social”. “Quiseram governar depois de terem perdido as eleições. Estão a tomar de assalto o aparelho do Estado - ainda hoje voltámos a ter notícia no Instituto do Emprego e Formação Profissional de substituições sem critério e sem fundamento. O processo da TAP foi aquilo que disse há pouco, é para mudar a bem ou a mal”, apontou.

Na abertura destas jornadas, o líder parlamentar do PSD já tinha falado em “claustrofobia democrática” a

propósito das declarações de membros do Governo e do líder parlamentar do PS sobre o Banco de Portugal, acusando-os de quererem mandar no banco central nacional.

As jornadas parlamentares decorreram em Santarém, em vésperas de debate orçamental, tendo como um dos convidados o antigo primeiro-ministro socialista António Guterres, que é candidato a secretário-geral das Nações Unidas. Decorreram também painéis sobre educação e saúde, finanças e crescimento económico, com intervenções dos professores universitários David Justino, António Fidalgo e Álvaro Almeida, do economista Jorge Moreira Rato, do gestor António Nogueira Leite e dos economistas João Salgueiro e João César das Neves.

Segundo o vice-presidente do grupo parlamentar Hugo Soares, “o grupo parlamentar do PSD conseguiu ter nas suas jornadas cidadãos independentes e de provas dadas”, enquanto “o PS mais não conseguiu do que fechar-se sobre si próprio” nas jornadas que vai fazer na sexta-feira e no sábado, em Vila Real, que contarão com a presença de vários ministros do Governo PS, deputados e eurodeputados socialistas. Quanto ao lema escolhido para as jornadas de Santarém, “Credibilidade”, o social-democrata defendeu que se ajusta à imagem do PSD após quatro anos e meio de governação.

Minimizar os custos da Universidade dos Açores

Os deputados do PSD eleitos pelos Açores questionaram o Governo sobre se está disponível para assumir o valor associado aos custos de insularidade da universidade da região, avaliados em 1,5 milhões de euros. Numa pergunta entregue na Assembleia da República e dirigida ao ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, os deputados Berta Cabral e António Ventura referem que a Universidade dos Açores “tem vindo a debater-se com graves dificuldades financeiras, decorrentes da dimensão e natureza do mercado onde está inserida”. “Com efeito, a Universidade dos Açores, com sede na ilha de S. Miguel, com um polo na ilha Terceira e outro na ilha do Faial, tem custos acrescidos relacionados com a insularidade” da região e com “a tripolaridade associada à sua descontinuidade geográfica relativamente ao continente português e à dispersão interna por três ilhas”, lê-se no documento.

Segundo os parlamentares do PSD, um estudo da academia açoriana “sobre os custos associados à insularidade e tripolaridade” totalizam um acréscimo de 1,5 milhões de euros.

“É inegável a importância que a Universidade dos Açores tem para o sistema de ensino superior nacional, pelas áreas de conhecimento a que se dedica, e é também importante relevar o papel que desempenha na coesão social e económica da Região Autónoma dos Açores, proporcionando, num plano de proximidade, que qualquer pessoa possa ter acesso a ensino superior de qualidade”, adianta o documento.

Acresce que a academia, tutelada pelo Governo, “tem tido e tem de continuar a ter uma importância determinante na criação de condições de desenvolvimento e progresso dos Açores, produzindo conhecimento e formando jovens indispensáveis ao processo de desenvolvimento e crescimento” do arquipélago.

Na pergunta, o PSD quer ainda saber se o executivo nacional considera a “possibilidade de proceder à transferência de fundos comunitários para fazer face a necessidades de financiamento” da academia.

Em 11 de janeiro, por ocasião da sessão comemorativa dos 40 anos da Universidade dos Açores, o seu reitor, João Luís Gaspar, defendeu ser da “mais elementar justiça” que os governos da República e dos Açores assegurem 1,5 milhões de euros relativos aos custos de insularidade e da denominada tripolaridade da academia.

“Continuaremos a defender que é da mais elementar justiça que o Governo da República e o Governo Regional encontrem um modelo de financiamento que permita minimizar os custos que a Universidade dos Açores suporta a mais, resultado da insularidade e da sua estrutura tripolar [com polos em três ilhas]”, afirmou João Luís Gaspar.

Na ocasião, o reitor defendeu ser necessário refletir sobre as razões que estiveram na origem das dificuldades financeiras da universidade e que conduziram à “difícil situação” vivida recentemente, obrigando a comunidade académica a “grandes sacrifícios”.

A Universidade dos Açores encontra-se sujeita a um plano de recuperação financeira celebrado com o ministério. A Universidade dos Açores tem cerca de 4 mil alunos.



PREIT é a confirmação do fracasso da governação socialista na Terceira



O PSD/Açores considera que o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira (PREIT) veio “pôr a nu todos os falhanços da governação socialista na ilha”, confirmando mesmo que “as soluções que o Governo Regional nos apresenta, através do PREIT, não são para fazer face à redução do contingente norte-americano na Base das Lajes”, disse o deputado Paulo Ribeiro. “O PREIT não é mais do que uma série de medidas, que pretendem combater o declínio económico instalado na ilha, mas dependendo excessivamente de financiamento externo, nomeadamente dos Estados Unidos da América. Acontece que esse declínio é resultado de 20 anos de más opções e de promessas incumpridas pelos vários executivos do PS”, considerou o social-democrata.

“Quem ouvir o atual governo regional a falar, até pode pensar que só existiu Base das Lajes nos últimos 4 anos e que só existem problemas na Base das Lajes há 4 anos. A realidade é bem diferente disso”, adiantou.

“E o secretário Regional do Turismo e Transportes assumiu aqui que não tem um plano B para as Lajes, assumiu que, na ausência de financiamento teremos de, novamente, pressionar quem não o deu”, criticou. “Queremos agora saber é o que, na ausência desse financiamento externo, este governo pode e quer fazer. Sem estar sempre a justificar o injustificável, e que tem a ver com o falhanço claro da sua política económica na Ilha Terceira”, disse Paulo Ribeiro.

Paulo Ribeiro referiu igualmente que as questões relacionadas com o uso civil da Base das Lajes “deviam estar acima das questões partidárias”, pois enquanto “se andar a atribuir culpas a este ou àquele, e se andar com planos e PREIT’s é a Terceira que fica para trás e os terceirenses continuarão a ser prejudicados”.

O deputado lembrou que “nestas questões, o PSD/Açores tem posto sempre em primeiro lugar o interesse da Terceira e o interesse dos Açores. E isso foi demonstrado, uma vez mais, num debate em que o Governo Regional não explicou o que realmente pretende fazer”.



Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Vitor Crespo

CAVACO SILVA

OS PORTUGUESES NÃO PRECISAM DE VOTAR NO DESCONHECIDO

- *No ano que terminou tivemos o crescimento económico mais rápido de toda a Europa*

O Prof. Cavaco Silva foi entrevistado na passada semana pela jornalista Margarida Marante, no Programa «Primeira Página» da RTP-1, tendo tido oportunidade de tecer considerações e exprimir a sua opinião sobre os principais aspectos e linhas de força da situação política portuguesa. Corres-

pondendo às solicitações manifestadas por numerosos leitores e militantes social democratas, «Povo Livre» publica hoje uma selecção de trechos dessa importante entrevista (selecção de trechos, títulos e subtítulos da responsabilidade da Redacção).

(Continua na página 4)



III Conselho Nacional/87

CONVOCATÓRIAS

Ao abrigo do artigo 19º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para reunir nos dias 16 e 17 de Maio a partir das 10 h, no Hotel Altis, em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Aprovação das listas de candidaturas à Assembleia da República e Parlamento Europeu apresentadas pela Comissão Política Nacional (alínea f) do nº 2 do artigo 17º dos Estatutos.
2. Análise da situação política na perspectiva das próximas eleições.

Lisboa, 30 de Abril de 1987.

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO
Mário Júlio Montalvão Machado

Missa de sufrágio pelo Prof. Mota Pinto

A Comissão Política Nacional do PSD manda celebrar amanhã, dia 7, às 12.30 h, na Igreja dos Salesianos, em Lisboa (aos Prazeres), missa do 2.º Aniversário da morte do Prof. Mota Pinto.

13.º Aniversário do PSD

Sábado, dia 9

no Palácio de Cristal Porto

PROGRAMA

- 15h Rancho Folclórico Infantil de Nossa Senhora da Lapa.
- 15h25 Rancho Folclórico da Casa do Povo de Recarei.
- 15h50 Rancho Folclórico da Universidade Portucalense.
- 16h15 Rancho Folclórico de S. Cosme — Gondomar.
- 16h40 Rancho Folclórico das Lavradeiras de Arcozelo.
- 17h Raul Ouro Negro e os conjuntos Raízes e Verdades.
- 17.45 Trabalhadores do Comércio.
- 18h30 Intervenções políticas de CARLOS COELHO, ARMÉNIO SANTOS e BROCHADO COELHO. Encerramento por CAVACO SILVA.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Arganil, para reunir no próximo dia 28 de Fevereiro de 2016 (domingo), pelas 15h00, na Biblioteca Municipal Miguel Torga, sito em Arganil, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Análise da actividade desenvolvida no mandato
- 3.- Eleições PSD – apresentação de listas de Delegados ao 36º Congresso Nacional do PSD, Comissão Política e Mesa da Assembleia de Secção
- 4.- Análise da situação política

BONFIM / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo Bonfim,- Porto para reunir no próximo dia 28 de Março de 2016, pelas 17h30 na sede Distrital do PSD - Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, n.º64 - Porto, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo do Bonfim

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, à presidente do Núcleo ou a quem estatutariamente a possa substituir até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede Distrital do PSD/Porto.

- As urnas estão abertas das 17h30 às 22h00."

LISBOA ÁREA OESTE / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Lisboa Área Oeste, para reunir no próximo dia 27 de Fevereiro de 2016 (sábado) pelas 21h30 no Auditório Municipal de Sobral de Monte Agraço, sito na Rua do Município com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Discussão e aprovação do relatório e contas de 2015
- 2 – Preparação do Congresso
- 3 – Linha férrea do Oeste
- 4 – Análise da situação política

LOULÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Loulé, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 26 de Março de 2016, (sábado) pelas 15h00, na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 18h00

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Macedo de Cavaleiros, para reunir, no próximo dia 26 de Março de 2016, (sábado) pelas 16h00, na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política de Secção e Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estão abertas das 16h00 às 19h00

PENAFIEL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Penafiel, para reunir, no próximo dia 12 de Março de 2016, (sábado) pelas 17h00, no Auditório do Parque de Feiras e Exposições de Penafiel, (AGRIVAL) sito na Rua D. António Ferreira Gomes, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 – Apresentação das contas e do Orçamento de 2016 do PSD/Penafiel

2 – Análise da situação



I CONSELHO NACIONAL EXTRAORDINÁRIO DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco I Conselho Nacional Extraordinário para o dia 28 de Fevereiro de 2016 (domingo), pelas 15 horas, no Auditório dos Paços da Cultura do Município da Guarda, sito na Rua General Alves Roçadas, n.º 28, na Guarda, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Marcação do XXIV Congresso Nacional da JSD e respectivos procedimentos regulamentares.

ERRATA

CONGRESSO DISTRITAL DE SETÚBAL

Informam-se os demais militantes da JSD Distrital de Setúbal que por motivos alheios à organização do Congresso Distrital, o local previamente designado para realização do Congresso não estará disponível, por motivo de obras. Assim, o Congresso Distrital realizar-se-á no dia 19 de Março de 2016 na sede Concelhia do PSD Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 1º Esq. Setúbal.

NÚCLEO DO BONFIM - PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes do núcleo do Bonfim do concelho do Porto para reunirem em Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 28 de Março de 2016, pelas 21:00, na sede distrital do PSD Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro nº 64, 4150-386 Porto, com a seguinte ordem de trabalho:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa do Plenário do núcleo JSD Bonfim.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa da Concelhia ou a quem

estatutariamente o possa substituir, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede Distrital do PSD Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro nº 64, 4150-386 Porto, respeitando as normas dos estatutos nacionais e demais regulamentos aplicáveis da JSD.

As urnas estarão abertas entre as 21:00 e as 23:00

UISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Viseu, para reunir em sessão ordinária no dia 5 de Março de 2016 (sábado), pelas 15 horas, na Sede do PSD de Viseu, sita no Rossio, n.º 14 – 2.º andar, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política local;
- 3 – Outros Assuntos.



RATEIO DOS DELEGADOS AO 36.º CONGRESSO NACIONAL DO PSD

Distritais	Secções	Por Secção	Por Distrito	Distritais	Secções	Por Secção	Por Distrito		
Aveiro				Braga					
	Águeda	3	85		Amares	2	62		
	Albergaria-a-Velha	2			Barcelos	9			
	Anadia	7			Braga	9			
	Arouca	3			Cabeceiras de Basto	2			
	Aveiro	11			Celorico de Basto	6			
	Castelo de Paiva	4			Esposende	2			
	Espinho	4			Fafe	2			
	Estarreja	2			Guimarães	4			
	Ílhavo	2			Póvoa de Lanhoso	2			
	Mealhada	2			Terras de Bouro	1			
	Murtosa	2			Vieira do Minho	1			
	Oliveira de Azeméis	6			Vila Nova de Famalicão	15			
	Oliveira do Bairro	3			Vila Verde	6			
	Ovar	8			Vizela	1			
	São João da Madeira	6							
	Sever do Vouga	2							
	Vagos	5							
	Vale de Cambra	2							
	Santa Maria da Feira	11							
Beja				Bragança					
	Aljustrel	0	7		Alfândega da Fé	1	27		
	Almodôvar	1			Bragança	8			
	Alvito	0			Carrazeda de Ansiães	2			
	Barrancos	0			Freixo de Espada à Cinta	1			
	Beja	2			Macedo de Cavaleiros	2			
	Castro Verde	0			Miranda do Douro	1			
	Cuba	0			Mirandela	2			
	Ferreira do Alentejo	0			Mogadouro	4			
	Mértola	0			Torre de Moncorvo	1			
	Moura	1			Vila Flor	1			
	Odemira	1			Vimioso	2			
	Ourique	2			Vinhais	2			
	Serpa	0							
	Vidigueira	0							
Castelo Branco				Castelo Branco					
				17		Belmonte		1	17
					Castelo Branco	3			
					Covilhã	3			
					Fundão	2			
					Idanha-a-Nova	1			
					Oleiros	1			
					Penamacor	1			
					Proença-a-Nova	1			
					Sertã	2			
					Vila de Rei	2			
					Vila Velha de Ródão	0			

Distritais	Secções	Por Secção	Por Distrito	Distritais	Secções	Por Secção	Por Distrito
Coimbra				34			
	Arganil	2			Seia	2	
	Cantanhede	2			Trancoso	1	
	Coimbra	8			Vila Nova de Foz Côa	1	
	Condeixa-a-Nova	1		Leiria			
	Figueira da Foz	3		40			
	Góis	1			Alcobaça	3	
	Lousã	1			Alvaiázere	2	
	Mira	2			Ansião	5	
	Miranda do Corvo	1			Batalha	1	
	Montemor-o-Velho	2			Bombarral	3	
	Oliveira do Hospital	2			Caldas da Rainha	8	
	Pampilhosa da Serra	2			Castanheira de Pêra	1	
	Penacova	2			Figueiró dos Vinhos	1	
	Penela	1			Leiria	6	
	Soure	1			Marinha Grande	1	
	Tábua	1			Nazaré	1	
	Vila Nova de Poiares	2			Óbidos	1	
					Pedrógão Grande	1	
					Peniche	1	
					Pombal	4	
					Porto de Mós	1	
Évora				Lisboa AM			
	Alandroal	1		76			
	Arraiolos	0			Azambuja	1	
	Borba	0			Cascais	8	
	Estremoz	1			Lisboa	28	
	Évora	2			Loures	5	
	Montemor-o-Novo	1			Mafra	3	
	Mora	0			Oeiras	10	
	Mourão	0			Sintra	6	
	Portel	0			Vila Franca de Xira	3	
	Redondo	0			Amadora	5	
	Reguengos de Monsaraz	1			Odivelas	7	
	Vendas Novas	1		Portalegre			
	Viana do Alentejo	0		13			
	Vila Viçosa	1			Alter do Chão	1	
					Arronches	0	
					Avis	1	
					Campo Maior	1	
					Castelo de Vide	1	
					Crato	0	
					Elvas	1	
					Fronteira	1	
					Gavião	1	
					Marvão	1	
					Monforte	0	
					Nisa	1	
					Ponte de Sor	1	
					Portalegre	2	
					Sousel	1	
Faro				Porto			
	Albufeira	2		92			
	Alcoutim	1			Amarante	2	
	Aljezur	0			Baião	1	
	São Brás de Alportel	1			Felgueiras	2	
	Castro Marim	1			Gondomar	8	
	Faro	4			Lousada	2	
	Lagoa	1			Maia	8	
	Lagos	2			Marco de Canaveses	5	
	Loulé	4			Matosinhos	5	
	Monchique	1			Paços de Ferreira	2	
	Olhão	1			Paredes	8	
	Portimão	2			Penafiel	4	
	Silves	1			Porto	10	
	Tavira	1			Póvoa de Varzim	3	
	Vila do Bispo	0					
	Vila Real Santo António	2					
Guarda							
	Aguiar da Beira	2					
	Almeida	1					
	Celorico da Beira	2					
	Figueira Castelo Rodrigo	2					
	Fornos de Algodres	1					
	Gouveia	2					
	Guarda	3					
	Manteigas	1					
	Meda	2					
	Pinhel	3					
	Sabugal	1					

Distritais	Secções	Por Secção	Por Distrito	Distritais	Secções	Por Secção	Por Distrito
	Santo Tirso	4		Vila Real		34	
	Valongo	4		Alijó	2		
	Vila do Conde	4		Boticas	5		
	Vila Nova de Gaia	17		Chaves	4		
	Trofa	3		Mesão Frio	1		
				Mondim de Basto	1		
				Montalegre	1		
				Murça	1		
				Peso da Régua	2		
				Ribeira de Pena	2		
				Sabrosa	1		
				Santa Marta de Penaguião	1		
				Valpaços	4		
				Vila Pouca de Aguiar	5		
				Vila Real	4		
Santarém		31		Viseu		31	
Abrantes	2			Armamar	1		
Alcanena	1			Carregal do Sal	1		
Almeirim	1			Castro Daire	1		
Alpiarça	0			Cinfães	1		
Benavente	1			Lamego	3		
Cartaxo	2			Mangualde	1		
Chamusca	1			Moimenta da Beira	1		
Constância	0			Mortágua	1		
Coruche	1			Nelas	1		
Entroncamento	2			Oliveira de Frades	1		
Ferreira do Zêzere	1			Penalva do Castelo	1		
Golegã	1			Penedono	0		
Mação	1			Resende	1		
Rio Maior	2			Santa Comba Dão	1		
Salvaterra de Magos	1			São João da Pesqueira	1		
Santarém	5			São Pedro do Sul	2		
Sardoal	1			Sátão	1		
Tomar	2			Sernancelhe	2		
Torres Novas	2			Tabuaço	1		
Vila Nova da Barquinha	1			Tarouca	1		
Vila Nova de Ourém	3			Tondela	3		
				Vila Nova de Paiva	1		
				Viseu	3		
				Vouzela	1		
Setúbal		20		Lisboa AO		9	
Alcácer do Sal	0			Alenquer	1		
Alcochete	1			Arruda dos Vinhos	1		
Almada	3			Cadaval	1		
Barreiro	2			Lourinhã	2		
Grândola	1			Sobral de Monte Agraço	1		
Moita	1			Torres Vedras	3		
Montijo	2						
Palmela	1						
Santiago do Cacém	1						
Seixal	2						
Sesimbra	2						
Setúbal	3						
Sines	1						
Viana do Castelo		33					
Arcos de Valdevez	8						
Caminha	1						
Melgaço	1						
Monção	2						
Paredes de Coura	1						
Ponte da Barca	4						
Ponte de Lima	3						
Valença	3						
Viana do Castelo	9						
Vila Nova de Cerveira	1						

Emigração

EUROPA

9

Paris	2
Alemanha	1
Bélgica	1
Estrasburgo	1
Londres	1
Luxemburgo	1
Lyon	1
Suiça	1

FORA DA EUROPA

9

Africa do Sul	1
Macau	1
Rio de Janeiro	2
Santos	1
São Paulo	2
Toronto	1
USA	1

O NÚMERO DE OBSERVADORES É IGUAL AO NÚMERO DE DELEGADOS. AS SECÇÕES SEM DELEGADO TÊM DIREITO A UM OBSERVADOR